Aroldo José Abreu Pinto
Benjamin Abdala Junior
Agnaldo Rodrigues da Silva
(Organizadores)

ESSE ENTRE-LUGAR DA LITERATURA

CONCEPÇÃO ESTÉTICA E FRONTEIRAS

ARTE & CIÊNCIA
EDITORA

2013

Dados Internacionais de Catalogação da Biblioteca da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (Campus de Alto Araguaia/MT)

82.09
N241

Esse entre-lugar da literatura: concepção estética e fronteiras / Aroldo José Abreu Pinto, Benjamin Abdala Junior, Agnaldo Rodrigues da Silva (Organizadores). São Paulo: Arte e Ciência, 2013.
318 p.; 21cm.
Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-8280-027-0

1. Crítica Literária. 2. Estética Literária. 3. Literatura - História e Crítica. I. Pinto, Aroldo José Abreu. II. Abdala Junior, Benjamin. III. Silva, Agnaldo Rodrigues.

CDU 82.09

Índices para catálogo sistemático:

1. Crítica Literária	CDU – 82.09
2. Estética Literária	CDU – 82:111.852
3. Literatura - história e crítica	CDU – 821.09

ARTE & CIÊNCIA EDITORA

Arte & Ciência Editora
LDE – Livraria, Distribuidora e Editora LTDA - EPP
Av. Paulista, 2.200 – Consolação – São Paulo – 01310-300
Tel. (011)3258-3153 – www.arteciencia.com.br

3

CÂNONE E SILENCIAMENTO: NOTAS PARA O EXERCÍCIO CONTEMPORÂNEO DA LITERATURA COMPARADA

Mário César Lugarinho
Universidade de São Paulo (USP)

Cultura e cânone literário

A lógica da compreensão historiográfica da cultura, em especial da cultura discursiva, assenta no princípio da interpretação. A capacidade interpretativa do texto é uma construção e descoberta de sentido que traduz o essencial da significação contida no campo documental. Essa capacidade é a resultante dum "avaliar continuadamente as várias propostas teóricas

> para situações textuais concretas" (U. Eco) que afasta as traduções impossíveis do mundo textual e reduz / harmoniza as variantes dos "mundos textuais possíveis" (J. Petóffi). (BARRETO, 1985, p. 301).

Os estudos literários, nas últimas décadas, sofreram, como se sabe, um amplo processo de deslocamento de sua área de atuação, muito promovido pela transformação dos paradigmas das Ciências Humanas. Já vai longe o tempo em que unicamente interessava ao crítico descrever as características estilísticas do texto ou o seu funcionamento em termos semânticos, ou, ainda, os aspectos morfológicos que construíam o texto, principalmente narrativo, cujos elementos estruturais eram exaustivamente evidenciados.

De igual maneira, o texto literário deixou de ser o objeto privilegiado pelo crítico em favor do *discurso* literário, na medida em que as suas condições de produção é que passaram à ordem do dia. Da descrição das condições de produção, passou–se a elaboração de uma crítica mais ampla, na qual a escritura literária não é mais o único objeto privilegiado de análise – esta se dá através do reconhecimento do nicho cultural ocupado pela obra e da sua capacidade de articulação com outros saberes a fim de que seja elaborada uma análise da cultura, da qual a obra emerge e para a qual se destina.

As Ciências Humanas, em geral, e a crítica literária, em particular, passaram a se constituir como saberes necessariamente interdisciplinares, criando campos abrangentes nos quais alguns saberes e objetos ganham relevo, de acordo com o objetivo da análise, mas que são, evidentemente, tomados a partir de um olhar relacional que se solidariza com outros saberes e objetos. É a constituição

do projeto de História da Cultura, no qual o termo "cultura" é amplificado para compreender toda a atividade humana e o termo "história" é tomado a partir de seu caráter concatenador, concedido pelo modelo da narrativa historiográfica (BARRETO, 1985, p. 270).

A História da Cultura constitui o seu projeto de investigação de forma ambiciosa, porque pode convocar todos os saberes científicos já constituídos, ao mesmo tempo em que pode privilegiar um único objeto. Fruto da revolução metodológica no âmbito da ciência histórica, que superou os primados do historicismo e do materialismo histórico, a História da Cultura, apesar de permitir a reunião de formas diversas de investigação histórica, não pretende se constituir como uma perspectiva totalizadora, visto que reconhece a incapacidade da História constituir tal olhar. Dessa maneira, a História da Cultura tornou–se modelo dos estudos interdisciplinares ao mesmo tempo em que se tornou o campo epistemológico por onde transitam as práticas investigativas das Humanidades.

Dessa maneira, as Ciências Humanas, como foi dito acima, são hoje uma reunião de saberes inicialmente autônomos que se reconhecem incapazes de obter uma descrição definitiva de seus objetos de estudo se insistirem unicamente em seus próprios princípios e campos investigativos. Nesse contexto, destacam–se os saberes que se constituíram em torno dos estudos da linguagem (a linguística, a teoria e a crítica literária) e que recorreram a princípios interdisciplinares para a sua (re) constituição em bases científicas durante o século XX. É notória a forma com que o pensamento de Claude Lévi–Strauss tomou a linguística estrutural como modelo de análise dos mitos e das relações de parentesco (cf. LÉVI-STRAUS, 1975), bem

como, pouco mais tarde, os seus estudos fomentaram os estudos da narratologia nas décadas de 1950 e 1960.

A crítica literária, reconhecida como atividade das Ciências Humanas, teve, então, o seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar sobrevalorizado. Com isso, ao invés de se observar o esvaziamento do conceito nuclear de literariedade, percebe–se a instrumentalização da teoria e da crítica literárias para além dos espaços tradicionais nos quais se localizam os objetos literários.

O privilégio que o método estrutural dera à descrição das obras literárias e à solidariedade com a Linguística determinou uma direção bastante inesperada para a análise literária e para muitos analistas, que tinham ao seu lado uma tradição já consolidada pela sociologia da literatura. Vale recordar que esta corrente crítica dedicava–se muitas vezes à análise de processos que explicassem a maneira como uma literatura nacional se articulava com a história nacional. Paradigmático é o ensaio "As ideias fora do lugar", de Roberto Schwarz (1977), em que o crítico, a fim de compreender a nossa produção literária do século XIX, se debruçava por sobre a História do Brasil do mesmo século XIX, assinalando nossas aporias políticas, sociais e culturais, quando o modelo socioeconômico escravista convivia com um estado de feições liberais.

A sociologia da literatura, considerada hoje a mais importante contribuição brasileira aos estudos da contemporaneidade (cf. MOREIRAS, 1996; RIBEIRO, 2008), dependia do reconhecimento de uma díade fundamental, literatura e sociedade, em que se verificava uma relação imediata, na medida em que compreendia o texto literário como uma forma não de reflexo, mas de reflexão a respeito da sociedade. Tal perspectiva derivara de uma

nascente crítica literária do século XIX, quando intelectuais se interrogavam a respeito da constituição de valores nacionais no texto literário. Tais valores, antes reconhecidos como morais, na medida em que estavam subjugados a uma perspectiva ético–religiosa, passaram a ser considerados a partir de expressões do Estado nação, que se embutiam na identidade de classe burguesa. Além disso, havia a busca pela especificidade cultural dos povos europeus e pela construção de uma narrativa histórica que previsse e justificasse a emergência e o protagonismo da burguesia. Foi nessa época que a literatura emergiu como uma instituição social e cultural, porque expressava à sociedade os valores norteadores da cultura nacional. Se a Literatura, desde a *paideia*, no mundo clássico, era manancial que modelava comportamentos, por seus aspectos éticos e morais, ela também se prestaria a uma exemplaridade pedagógica para as classes emergentes nas sociedades europeias do século XIX.

Mas a dinâmica das transformações sociais e culturais que aquele século experimentou, e que continuaram ao longo do século XX, acrescido das experimentações artístico–literárias das vanguardas, não foram passíveis de uma instrumentalização abrangida pela sociologia da literatura. Faltava–lhe o reconhecimento de que seus paradigmas estavam sendo colocados em causa pela própria História, a que privilegiava. Ao lado da emergência de novas classes sociais que expressavam a exemplaridade da identidade nacional (a burguesia e, posteriormente, o proletariado), outras formas de identificação se constituíram, como o gênero e a etnia, o que punha em causa seus paradigmas, já que a centralidade da nação e dos valores nacionais era relativizada e colocada em função desses marcadores sociais, culturais e históricos.

Mas tal prática não seria tomada de maneira indiscutível. Antonio Candido, em "Crítica e sociologia" (2006), apontava que tal metodologia de análise colocava de lado o valor e o significado da obra literária, visto que seriam submetidos a uma análise unicamente sociológica. Fiel ao princípio de autonomia da arte e da literatura, Candido, nesse ensaio, buscava encontrar uma síntese que atendesse tanto ao princípio norteador da crítica, o valor estético da obra, quanto ao interesse de sua correlação com o meio social onde a obra é promovida. Candido propunha a constituição de uma metodologia que fosse capaz de devolver à obra literária seu estatuto artístico, ao se dedicar à análise do *texto em si*, em que fosse levado em consideração os juízos de valor ao lado do exame dos discursos associados a determinadas ideologias.

O problema do valor estético da obra literária parece ter sido o principal obstáculo para que a sociologia da literatura se tornasse um consenso para a crítica literária. Isso porque a dificuldade de encontrar um equilíbrio na atividade crítica que distribuísse a ênfase entre o estudo imanentista e o estudo do contexto, durante muito tempo, pareceu impossível. O estudo da estética literária, que encontrou na estilística, no início do século XX, forte ponto de apoio e, pouco mais tarde, na enunciação do conceito de "literariedade", pelos formalistas russos, sofreu um debate contínuo, durante o último século, porque tanto a História, quanto a crítica sociológica colocavam em causa o reconhecimento da autonomia absoluta da obra de arte e da literatura.

Com isso, o conceito de valor estético da obra literária, que asseguraria à crítica literária a sua autonomia frente aos outros campos disciplinares, passou também a

ser relativizado ao ser observado no contexto cultural onde se constitui – como apontaram, notadamente Walter Benjamin e Theodor Adorno, dentre outros. Os pensadores de Frankfurt superaram os paradigmas ofertados pela constituição do Estado nação, reconhecendo a dinâmica histórico–cultural das grandes narrativas que atravessavam toda a cultura ocidental: a modernidade e a consequente instrumentalização da razão. Ao reconhecerem o movimento mais amplo, no qual a emergência do Estado nação, a ascensão da burguesia e o aparecimento do proletariado eram apenas cumes de um iceberg, constituíram análises nas quais o contexto do surgimento da obra de arte e da obra literária eram concomitantemente conjugados, por exemplo, às suas histórias, aos seus procedimentos intrínsecos e às suas formas de circulação. Dessa maneira, a arte e a literatura, mas também a história e a filosofia, a física, a química e a biologia, a psicologia e a sociologia, eram saberes colocados em causa. Por terem se submetido à razão, e consequentemente terem se tornado objetos de uma ciência, foram instrumentalizados em prol da mesma modernidade que substituía o mito.

Aqueles que defendem o primado do estudo da estética na análise literária são devedores da instabilidade que se instalou nas formas de produção literária ao longo dos séculos XIX e XX. Apoiaram–se na tradição que emanava do conjunto de obras que eram selecionadas para comporem o cânone literário, já que essas obras serviriam como orientação para o reconhecimento do que deveria ser ou não válido como estético. O formalismo russo, ao propor o procedimento parodístico como aquele que constitui a dinâmica da história literária, determinou o

cânone como uma sucessão de séries que se interpenetram e que dialogam entre si a partir de procedimentos e temas recorrentes ao conjunto canônico.

A história literária, subsumida pelo cânone, seria constituída por um sentido de permanência, um *continuum*, mesmo quando sofresse a interferência da paródia, já que mesmo contestado por tal procedimento, o cânone se afirmaria e não sofreria mutações relevantes, mas apenas acréscimos significativos de obras que poderiam, desde a sua gênese, serem previstas, mesmo quando apontassem para sentidos contrários. É o que Yuri Tinianov apontara ao enfatizar a paródia como o motor da evolução literária, que, pela reiteração de temas ou técnicas, manteria a força canônica, apesar de desautomatizá-lo (TINIANOV, 1978)[1].

A formação dos cânones literários é devedora de uma política ostensiva de silenciamento. Já se compreende, com certa exaustão, que os cânones são formados, principalmente, a partir de elementos exteriores ao literário, de maneira que expressem algum conceito que a ele se sobreponha (cf. JARA & TALENS, 1987). Harold Bloom (1995), em contrapartida, defendeu que os cânones são formados a partir de critérios estéticos que se apoiam sobre considerações ditas universais. A provocação de Bloom ao invés de intimidar, oferece uma rota segura de investigação

[1] Caso característico, sobre o qual não cabe discorrer aqui, seria o tema recorrente do *indianismo* na Literatura Brasileira; instalado pelo romantismo, sofreu a ação parodística do modernismo e retorna inúmeras vezes na literatura contemporânea, confirmando sua permanência, inclusive pelo viés da problematização. De igual maneira, em Portugal, a recorrência a Camões em suas mais diversas manifestações, desde pelo menos Garrett até Lobo Antunes, que celebrando ou desconstruindo o mito literário, reiteram sentidos que se atualizam, mesmo que pela ação parodística.

na medida em que as formações discursivas que sustentam o edifício canônico forem submetidas às formações ideológicas[2].

A exclusividade do critério estético e, por conseguinte, do filosófico, que orientaria as definições canônicas cai por terra ao serem percebidas como orientadas para sentidos outros que não pressupõem o estético. A presença do critério estético é certa, no entanto a própria estética é historicizada e submetida aos mesmos princípios que governam aqueles que nela investem (cf. FERRY, 1994).

Tendo sido projetados a partir do momento em que a sociedade burguesa, no século XIX, reivindicava sua autonomia histórica e (re) inventava a Literatura, os cânones literários foram instrumentos da formulação de políticas do imaginário. São estratégias de poder para a criação de modelos sociais e políticos, postos em circulação pela literatura. Como evidente aparelho ideológico, no sentido de Louis Althusser (1992), aquelas estratégias definiram novas identidades sociais para a sociedade nascente.

A sociedade burguesa do século XIX, novidade no panorama histórico, econômico, político e cultural do Ocidente, precisou construir traços de continuidade histórica a partir do momento em que reconheceu que se encontrava apoiada sobre a ruptura com o Antigo Regime, o que era significativo prejuízo para o projeto de construção do Estado nação. Avesso às rupturas, porquanto quaisquer ameaças à estabilidade política e social criariam obstáculos ao modelo de desenvolvimento capitalista, o século XIX formulou suas políticas de imaginário como formas de

[2] Os conceitos de *formação discursiva* e *formação ideológica* serão aprofundados mais adiante.

institucionalização e de popularização dos conceitos de nação e de Estado Nacional.

Benedict Anderson (ANDERSON, 2008) relata o longo processo que se deu para a construção do conceito moderno de nação, que veio, ao longo do século XIX, a se confundir com a identidade cultural e histórica de uma determinada comunidade. Mas vale ressaltar que a palavra *nação*, conforme Afonso Marques dos Santos, "já existia durante o Antigo Regime, mas é com a Revolução Francesa que ela passa a ocupar um lugar central no novo direito público, sem que seja necessário ou possível defini–la" (SANTOS, 1986, p. 9). No século XIX, com a emergência da sociedade burguesa, a nação foi a transposição jurídica e emocional da soberania do rei para uma entidade coletiva.

O período romântico confirma o conceito, institucionalizando–o. Filósofos e escritores românticos levantam a voz contra o "universalismo" das raízes greco–romanas da cultura europeia e levam a cabo a pesquisa das origens históricas e das especificidades culturais de cada povo europeu. Os movimentos que se seguem às independências das Américas, o pan–germanismo, o pan–eslavismo e o movimento de unificação italiana seriam os resultados mais relevantes deste processo, inicialmente europeu, de busca de identidade e, por conseguinte, de origem.

Os conceitos de cultura popular, origem nacional, nacionalidade e identidade e consciência nacional são todos recorrentes ao termo nação, e confundem–se para que se justifique a existência de um estado nação e, também, dos indivíduos (monarcas) e entidades representativas (parlamentos, governos) que o materializam. Dessa maneira, a cultura popular, em contrapartida à cultura das altas

classes, é percebida como o lugar em que estariam soterrados, sob os séculos de domínio do Antigo Regime e, por conseguinte, da aristocracia, os indícios autênticos da origem nacional de uma determinada comunidade.

A popularização da Literatura neste período, impulsionada pela nascente indústria cultural, implicou o estabelecimento de relações entre leitores distantes espacialmente entre si, que passavam a se identificar com os mesmos valores emanados por uma narrativa das suas origens comuns. É nessa teia de relações, tecida pela emoção popular e os objetivos políticos da burguesia, que foram formuladas a nacionalidade e o nacionalismo. Buscar a origem de um Povo era definir a biografia de uma nação e, portanto, conceber a sua História.

Ainda, segundo Santos, Gramsci teria considerado que esta maneira de se conceber a história pressupunha a constituição de um poderoso instrumento político para coordenar nas grandes massas os elementos que formavam precisamente o sentimento nacional. A concepção das histórias das literaturas, naquela altura, submete–se a esse propósito flagrante. Não será à toa, que o cânone literário terá suas raízes entranhadas nas histórias literárias por conta da fixação e registro de obras que passam a merecer atenção de uma crítica nascente, por remontarem, segundo os propósitos da sociedade burguesa, a origem e a construção das nacionalidades.

É desnecessário remontar o processo de institucionalização da Literatura ao longo do século XIX e o seu consequente papel fundamental na construção do Estado nação e da sociedade burgueses. Vale assinalar apenas, que, para tanto, foi preciso a sua massificação e o concurso de uma classe específica, os "homens de letras"

(EAGLETON, 1991, p. 37), que reivindicava um discurso e um saber próprios. A emergência dos "homens de letras", seguida pelo desenvolvimento da intelectualidade como classe orgânica, são produtos de uma exigência dada pela criação dos estados nacionais, que via no seu concurso a possibilidade de vulgarização dos conceitos políticos e filosóficos que norteariam a sociedade burguesa. O desenvolvimento da crítica literária, durante o século XIX, através da imprensa, foi a forma encontrada para a transmissão do saber das classes ditas esclarecidas para a massa populacional das classes não letradas, alçadas, agora, à condição de leitores pela recém–criada indústria cultural.

A invenção da categoria do "homem de letras" punha em questão o processo de disseminação do conceito de nação e nacionalidade e sua correlação com o Estado politicamente organizado. Era certa para o homem burguês do século XIX a sua dupla condição de herdeiro de uma memória do passado aristocrático e de modernizador da sociedade que liderava. No entanto, a construção do Estado nação impunha uma contradição: ao mesmo tempo em que representava o Povo, incorporando–o a seu discurso e abolia a sociedade de castas do Antigo Regime, estabelecia uma continuidade histórica, mesmo que fictícia, entre os diversos estratos sociais e culturais que o compunham.

Tendo em vista que a instituição literária era veículo de propagação desse processo, sua crítica seria capacitada a aproximar a nova massa de leitores da burguesia ascendente de uma herança cultural do passado. Entretanto, a crítica deveria decidir entre emitir seus juízos em nome do grande público, formado pela nova massa de leitores, ou em nome de uma minoria, baseada na tradição letrada e esclarecida. Por isso, o "homem de letras" não poderia ser

um parceiro em posição idêntica ao seu grande público leitor. Sua função seria a de instruir, consolidar e confortar o público, ideologicamente desorientado, oferecendo-lhe esclarecimento ante as complexas transformações econômicas, sociais e religiosas do seu tempo, com uma postura veladamente propagandística, processando o conhecimento no mesmo ato de provê-lo. Terry Eagleton assevera:

> O leitor de classe média é agora menos o colaborador e interlocutor do crítico em sua iniciativa de esclarecimento cultural e muito mais um objeto anônimo cujos sentimentos e opiniões devem ser moldados através de simplificação intelectual (EAGLETON, 1991, p. 42.).

Ao lado da modelagem dos sentimentos e opiniões da classe média, pouco depois, em função da sua necessidade de afirmação no âmbito universitário inglês, a crítica literária, já reconhecida como disciplina em que se veicula o saber literário, passou a enfatizar uma perspectiva nacionalista. É ela que abre espaço para a emergência de um modelo de cidadão profundamente identificado com a história e a cultura nacionais, representadas no Estado (EAGLETON, 1997, p. 40). A crítica também se torna responsável por assinalar as obras que compõem o cânone literário, porque o torna capaz de conferir aos cidadãos o seu devido lugar como representantes da nação e, consequentemente, do Estado. Ao mesmo tempo, travava uma árdua luta contra as Ciências e a Filosofia a fim de justificar a sua existência no âmbito universitário, recorrendo à construção de um juízo estético, porquanto vinha a indicar, comprovar e reconhecer um valor *permanente* nas obras selecionadas. A crítica tornava–se, assim, o

resultado de uma composição de conceitos de fundo filosófico e de uma razão instrumentalizada pelo Estado, o que lhe conferia, no mínimo, um caráter ambíguo no momento de sua formação.

Com isso, cânone literário e identidade nacional passaram a compartilhar um mesmo campo semântico. A naturalização da relação impôs, continuamente, que fossem verificadas as estratégias regulares de construção de uma nacionalidade através do veículo literário. A relação "natural" entre ambos os termos foi tão profunda que chegou a sobredeterminar o juízo estético, que se pretendia *isento,* na medida em que os conceitos que nortearam a identificação da estética literária foram submetidos pela crítica aos elementos da originalidade e da identidade nacional. Mesmo as vanguardas e os modernismos foram postos a serviço da nacionalidade quando seus autores passaram, também, a participarem dos cânones, determinando novas tradições e procedimentos.

O valor estético que Harold Bloom (1995) defende como o traço fundamental a sustentar o cânone revela-se, frente à reflexão de Eagleton, como uma oportunidade histórica a que a crítica recorreu como forma de legitimar o seu discurso frente a instâncias detentoras de poder efetivo na instituição universitária. Além disso, uma investigação mais pormenorizada a respeito da discussão que a modernidade empreendeu a respeito do conceito de beleza e de estética é nada mais do que a prova de que a interferência humana e, portanto, da sua subjetividade, no concerto da beleza é tão flagrante quanto à superioridade "inquestionável" de Shakespeare ou Bach (cf. FERRY, 1994).

O discurso

O projeto de uma crítica literária que se dê no interior da História da Cultura necessita de alguns conceitos que estabilizem uma relação que pode vir a se tornar bastante frustrante para o crítico literário, visto que, forçadamente, poderá vir a abrir mão de sua prática tradicional em prol de metodologias mais afinadas com a pesquisa histórica e antropológica. No entanto, é preciso deixar claro que o objeto que se encontra no centro dessa articulação é o *discurso*. Formulado a partir do pensamento de Michel Foucault e Michel Pêcheux, o conceito mais contemporâneo de discurso abre espaço para análises bem mais amplas do que a unicamente linguística, estilística ou literária.

Essa gradativa substituição de modelos de análise é resultado de processo que encontra suas raízes não apenas no desenvolvimento das Ciências Humanas das últimas décadas, mas também em vários eventos históricos que marcaram essas mesmas décadas e que determinaram profundas modificações na forma de funcionamento das culturas. Eventos específicos se conjugam com eventos mais globais e se disseminam pela cultura, levando o crítico atento a observar essa dinâmica como uma resultante de forças muitas vezes contrárias e concorrentes, mas que, de alguma maneira, convergem para a produção de fenômenos simultâneos e correspondentes.

Em fins da década de sessenta, redimensionando o conceito de isenção ideológica da pesquisa científica, Michel Pêcheux lançou bases de para uma nova disciplina que levaria em conta uma perspectiva social para a pesquisa linguística (cf. GADET & HAK, 1990). A *análise do discurso* estabeleceu uma continuidade entre os elementos envolvidos no processo

de comunicação para perceber as condições de produção do discurso. Para Pêcheux o discurso seria o material verbal, o texto, tomado a partir de suas condições de produção; daí compreender o discurso como uma entidade supragramatical em que o texto é tomado em relação àquilo que o condiciona, ou seja, é a emissão de um sujeito envolvido e submetido a um conjunto de regras que tomariam parte, também, do próprio texto emitido.

Apesar da proposição de Pêcheux, foi do pensamento de Michel Foucault que se extraíram critérios para a compreensão das condições de produção do discurso no âmbito da História da Cultura, levando em consideração a atenção que Foucault dera à História e à historiografia ao longo de suas obras (cf. GRISET, 1986, p. 57–63).

Em *A arqueologia do saber*, publicada em 1967, Foucault (1986) propunha que os discursos são como uma dispersão de sentidos não relacionados a partir de alguma unidade. A análise do discurso deveria recompor a unidade, descrevendo aquela dispersão e estabelecendo regras capazes de regerem suas formações. Foucault determinou a existência de objetos, tipos de enunciação, conceitos, temas e teorias que iriam compor as *formações discursivas*, elementos que dariam condições de reconstruírem aquela unidade dispersada textualmente. Definindo o discurso como um conjunto de enunciados que remete a uma mesma formação, a análise do discurso, para Foucault, consiste na análise dos

[3] O enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma determinada situação ou de um conjunto de representações. Não é simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de certo número de elementos e regras linguísticas (...). Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola (FOUCAULT, 1986, p. 113–114).

enunciados[3] que comporiam o discurso. O discurso deveria ser considerado como prática que provém da formação de saberes articulados a práticas consideradas não discursivas e estabelecido como um jogo estratégico e polêmico que o impede de ser analisado simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas, sobretudo, como o resultado de um jogo de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva.

Ainda para Foucault, o discurso é o lugar onde o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. O discurso, desta forma, veiculador de um saber institucionalizado, gera poder, portanto. A geração de poder pode e deve ser controlada, selecionada, organizada e redistribuída através de procedimentos sociais que eliminarão toda e qualquer ameaça à sustentação do mesmo poder como se verifica em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996).

O privilégio concedido à investigação das condições de produção do discurso resulta do fato de que são elas que, enfim, condicionariam a existência do discurso. Inscritas no seu interior, forçam–no a enunciar determinadas coisas de determinadas maneiras; oferecendo–lhe objetos de que pode falar, determinando o feixe de relações que o discurso deve efetuar para tratá–las, nomeá–las, analisá–las, classificá–las e explicá–las (FOUCAULT, 1987, p. 64). O campo de configurações que estabelecem os feixes de relações é denominado por Foucault de formações discursivas, que são os objetos privilegiados em sua arqueologia[4].

---

[4] Rever nota 1.

Por outro lado, Pêcheux buscou a construção de um instrumental que possibilitou uma forma de abordagem da linguagem e do discurso através das Ciências Sociais. Para ele, um determinado estado das condições de produção do discurso corresponde a uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua: "o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico–retóricas estáveis no conjunto considerado" (PÊCHEUX, 1990, p. 79).

O discurso, portanto, seria impossível de ser analisado como se analisa um texto, uma sequencia fechada em si mesma. Contudo é necessário que se refira ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. No discurso, as relações entre instâncias são representadas pelas formações imaginárias que designam o lugar que o emissor e o receptor devem atribuir a si mesmos: o emissor pode, portanto, antecipar as representações do receptor e, antevendo as formações imaginárias do outro, recorrer a estratégias que imponham sua fala.

É flagrante nessa reflexão a contribuição do pensamento de Louis Althusser (ALTHUSSER, 1992, p. 85–99) que, tomando a ideologia como ponto fundamental para compreender o poder, ofereceu condições operacionais para Pêcheux. Para Althusser a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais da existência; mas ela se dá através do imaginário, visto que o homem tem a capacidade de produzir formas simbólicas que representam a sua relação com a realidade concreta: o imaginário é, então, o modo pelo qual o homem atua e se relaciona com as condições reais da vida.

A ideologia, sendo o lugar das formas simbólicas de representação, indica que há uma alienação da realidade que ela própria determina, pois é uma deformação das condições reais de existência. Assim, Althusser pôde afirmar que a ideologia constitui os indivíduos em sujeitos, já que só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito, isto é, a ideologia existe para sujeitos concretos. A instituição da categoria do sujeito funda toda a ideologia na medida em que este não se configura como um indivíduo, mas como lugar onde e por onde este indivíduo tem acesso à realidade, seja qual for a sua determinação e seja qual for o seu momento histórico. A ideologia, portanto, se impõe estabelecendo a verdade como verdade, a evidência como evidência (ALTHUSSER, 1992, p.95).

É possível, portanto, estabelecer a relação entre linguagem e ideologia sem que sejam necessárias maiores investigações teóricas. Sendo sujeitos de uma linguagem, os indivíduos concretos vão deixando a sua configuração individual para serem *assujeitados* a um processo de representações contínuas que os induz a, imaginariamente, se reconhecerem somente através dessa linguagem.

Para Pêcheux, o que interessava do pensamento de Althusser à formação de uma teoria do discurso era o conceito de superestrutura ideológica, relacionada com os modos de produção da classe social dominante. Sendo o discurso um dos aspectos exteriores e materiais da ideologia, pode–se, então, afirmar que o discurso pertence à ideologia. Os discursos, portanto, são regulados por formações ideológicas que determinam o que pode e deve ser dito e quando deve ser dito. As formações ideológicas, pois, estabelecem–se através das várias formações

discursivas interligadas, que passam a representar o lugar de articulação entre a ideologia e o discurso.

A partir daí, o discurso passou a se constituir como o objeto fundamental para investigações que tivessem o seu objeto de análise constituído pela matéria verbal, em que se levassem em consideração as suas relações, *lato sensu*, com o contexto. Tratar de objetos literários é tratar do discurso literário, a partir do qual são ultrapassadas as metodologias tradicionais da abordagem estilística, semântica e mesmo sociológica. As questões impostas pela reflexão a respeito do discurso definem que a abordagem pode ser a mais ampla possível a fim de que se possa compreender o lugar do literário neste nosso tempo.

Os campos interdisciplinares

O desenvolvimento de estudos que deixaram de lado as práticas tradicionais de análise da obra literária, e que passaram a considerar as relações com o contexto como parte também da obra, é devedor diretamente do conjunto de reflexões que foram disponibilizadas pela teoria crítica, pela sociologia da literatura e pela análise do discurso, criando um amálgama interdisciplinar que se aproximou diretamente da História da Cultura e que nela se instalou. Além disso, essas reflexões são aliadas ao desenvolvimento, no âmbito da universidade anglo–saxã, dos estudos culturais e, ao mesmo tempo, dos estudos pós–coloniais.

Naquela mesma década de 1960, e paralelamente ao que acontecia no pensamento francês, os estudos culturais se desenvolveram no âmbito dos estudos de literatura. Se no cerne da sociologia da literatura estão as indagações a respeito das relações entre a produção literária, o(s)

sistema(s) literário(s) e a(s) sociedade(s); para os estudos culturais, o centro de discussões se encontra localizado para além do objeto artístico, nas palavras de Raymond Willians, conjugando o objeto e a sua formação, tratando-os de uma forma não hierarquizada (cf. WILLIAMS, 1989, p. 151). Dessa maneira, compreende–se como, na década seguinte, os estudos culturais virão a se encontrar de maneira clara com o pensamento pós-estruturalista francês nas universidades norte-americanas. No fim, o estudo das obras de maneira intrínseca era abandonado em favor do estudo da formação dos discursos e das obras artísticas, por conseguinte.

Pode-se dizer, assim, que os estudos culturais evidenciam que os sistemas literários eram modelados não apenas por suas características estéticas ou estilísticas, mas por características de classe. Evidentemente, o conjunto de obras que se reconhece no interior de uma literatura nacional – considerada aqui como o cânone literário nacional –, é selecionado por permitir que determinado conjunto da população se identifique de maneira imediata, como já apontáramos ao recorrermos à Terry Eagleton (1991; 1997) e ao seu estudo sobre o desenvolvimento da crítica literária no Reino Unido. A representação contínua da classe burguesa no interior de obras literárias determinou uma severa revisão literária e, por conseguinte, a construção dos cânones nacionais, já que se contrapunham a um modelo canônico clássico que se identificava com o Antigo Regime. Os estudos culturais, assim, emergiram numa década em que as classes trabalhadoras inglesas politicamente organizadas encontraram seu protagonismo político numa sociedade fortemente estratificada – ao mudar o eixo de poder,

mudava a cultura e mudaram os objetos culturais, principalmente com a emergência da cultura de massa do século.

Além do processo que se desenvolve no campo das análises dos objetos culturais, deve–se levar em conta que eventos históricos sobredeterminaram mudanças continuadas no interior dos estudos literários, em especial, e das humanidades, em geral. Se a emergências das classes trabalhadoras inglesas e as revoltas estudantis de maio de 1968 são facilmente apontados como eventos de fundo dessas transformações paradigmáticas no seio das humanidades (os estudos culturais, o pós–estruturalismo), de igual maneira o processo histórico denominado de "descolonização", encontra–se no fundo dos estudos pós–coloniais.

A emergência das novas nações independentes, antigas colônias das potencias europeias, determinaram o aparecimento de um campo específico de investigação que passava a levar em conta, de maneira mais ampla, não apenas a cultura daquelas novas nações, mas principalmente a relação entre o colonialismo e a formação cultural da qual essas nações se erigiam. Mais recentemente, os estudos pós–coloniais foram estendidos às culturas dos países dominantes na medida em que compreenderam que o colonialismo é um fenômeno histórico de mão dupla e que atinge tanto a cultura do colonizador quanto a cultura do colonizado.

Costuma–se apontar o desenvolvimento dos estudos pós–coloniais a partir da contribuição que Stuart Hall teria dado ao "Centre of Contemporary Cultural Studies" da Universidade de Birmingham, aliada, mais tarde, à contribuição de Edward Saïd, quando da publicação de

Orientalismo (SAÏD, 1990)[5]. Segundo Sergio Costa (2006), professor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, em ambos os autores é visível a relação mantida com o pensamento de Foucault e Derrida, cujos pensamentos circulou nos países anglo-saxões de maneira bastante intensa. Assim, levando em consideração que toda enunciação vem de algum lugar definido por território, classe, gênero ou etnia, Hall e Saïd construíram uma crítica ao processo de produção do conhecimento científico, reconhecendo-o eurocêntrico. Isto é, a investigação científica daria, ao tratar de objetos não ocidentais, privilégios a modelos e conteúdos da cultura dos países europeus, o que reproduziria a lógica da relação colonial. Sérgio Costa afirma, também, que "tanto as experiências de minorias sociais quanto os processos de transformação ocorridos nas sociedades "não ocidentais" continuariam sendo tratados a partir de suas relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com aquilo que se definiu como centro" (COSTA, 2006, p. 117).

As práticas investigativas da Literatura Comparada eram atingidas diretamente pela reflexão dos estudos pós–coloniais, especialmente quando o analista se debruçasse por sobre conjuntos de obras que, ao serem comparados, reunissem textos oriundos de literaturas europeias e de literaturas nacionais de países que emergiram do colonialismo. Com os estudos pós-coloniais, a hierarquia possível entre esses conjuntos seria posta de lado, na medida em que, como primeiro pressuposto, haveria o abandono dos conceitos de causalidade, funcionalidade, anterioridade, ou originalidade, assim como acontecera anteriormente,

[5] A primeira edição, em inglês, foi publicada em 1978.

no âmbito específico da Literatura Comparada, com o abandono do conceito de influência.

O procedimento crítico dos estudos pós-coloniais leva em consideração, portanto, que o conceito de "origem" deve ser abandonado, como Foucault propusera em sua genealogia. Em seu lugar, leva-se em consideração o processo de formação discursiva, isto é, se não é considerada a anterioridade de uma obra sobre outras obras, o que localizaria a publicação mais antiga no lugar cronológico da "origem" e, por isso, prevalente e doadora de sentidos às que lhe sucederam, deve–se observar o processo de formação discursiva que as atravessa e as reúne. O conjunto só é reconhecido em função do(s) discurso(s) que se dispersa(m) por entre as obras e nas obras.

Assim, os estudos pós–coloniais, mais do que uma disciplina ou ciência, é um campo abrangente de reflexão por onde a crítica transita e que tem por valor principal a construção de um olhar crítico, senão desprovido dos modelos tradicionais de investigação, mas problematizador de si mesmo, ao colocar em suspenso os seus próprios métodos investigativos. Além disso, deve-se frisar: o prefixo "pós" da expressão "pós-colonial" não representa um "depois", no sentido cronológico linear, trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas são significadas e ressignificadas (ASHCROFT, GRIFFITHS, THIFFINS, 1989, p. 2).

Sérgio Costa aponta, ainda, que se deve reconhecer a relação próxima dos estudos pós-coloniais com três escolas contemporâneas de pensamento (COSTA, 2006, p. 118). A primeira seria o que se denomina, *lato sensu*, de pós-estruturalismo, com o pensamento de Michel Foucault

ocupando um lugar central, acompanhado das reflexões de Jacques Derrida. A segunda seria o pós-modernismo, a partir da contribuição de Jean François Lyotard, já que os estudiosos do pós-colonialismo entendem que a sua investigação é apenas possível porque se reconhece, *a priori*, a condição atual pós-moderna, na qual estaria reconhecido o estado de descentramento do sujeito e das narrativas (as chamadas "grandes narrativas") contemporâneas; Costa lembra, ainda, que da teorização acerca do pós-moderno, os estudiosos do pós-colonialismo recusam-no "como programa teórico e político, visto que, para o pós–colonialismo, a transformação social e o combate à opressão devem ocupar lugar central na agenda de investigação" (COSTA, 2006, p. 118).

A terceira e última escola que se aproxima dos estudos pós-coloniais seriam os estudos culturais do qual, para Costa, os estudos pós-coloniais seriam um desdobramento numa linha cronológica, já que a presença de Stuart Hall em ambos os campos investigativos garante certa continuidade.

Sem dúvidas, a relação entre os estudos culturais e os estudos pós-coloniais, acrescidos do que o pós-estruturalismo e a análise do discurso ofereceram, resulta num conjunto teórico[6] que oferece ao crítico a oportunidade de investigar de maneira ampla um determinado fenômeno cultural, sem que se esteja limitado pelas disciplinas e procedimentos científicos tradicionais, mas que seja incentivado a questionar, problematizar ou, mesmo,

[6] Recuperamos, aqui, a etimologia da palavra *teoria*, que, segundo o Dicionário Houaiss e o Novo Dicionário Aurélio, do grego èâùñßá, é a ação de observar, examinar, estudo ou conhecimento devido a raciocínio especulativo.

desconstruir o objeto investigado[7]. Os artigos de Hall, nas quais podem ser encontradas questões pertinentes a um ou outro campo de estudos e que são os mais flagrantes dessa interdisciplinariedade são "What is this "black" in black popular culture? (Rethinking Race)" (HALL, 1993) e "The West and the rest: discourse and power" (HALL, 1992). Em ambos os artigos, Hall parte da análise conjuntural e política dos conceitos, especialmente em "The West na the rest...", como formações discursivas que, atravessando a História, modificam-na e se modificam – no artigo citado, Hall aponta, por exemplo, que "Ocidente" passou a ser um conceito que, deixando de ser uma expressão geográfica, tornou-se uma expressão histórica e cultural, cuja circunscrição espacial de forma alguma é conformada pelo espaço que o termo originalmente designava.

De igual maneira, será a perspectiva de Edward Saïd (1995), quando, por exemplo defende que "a história e a

[7] Listamos os três procedimentos levando em consideração as três práticas investigativas que norteiam as ciências humanas contemporaneamente. A prática do *questionamento* possui sua raiz na dialética platônica e pode ser considerado como o primeiro procedimento da ciência porque induz à dúvida e, por conseguinte, à busca da verdade. A *problematização* é procedimento descrito por Michel Foucault, no volume I da *História da Sexualidade* (1988), e consiste em observar um conceito em toda a sua extensão histórica e cultural, potencializando as formações discursivas que vão se instalando gradualmente nas sociedades, instituindo procedimentos culturais e modificando a História. A *desconstrução*, descrita pelo também francês Jacques Derrida, é termo que entrou no jargão das Ciências Humanas de maneira imediata, mais pela sugestão semântica, do que pela reflexão que o engendra e proporciona. A desconstrução atua diretamente sobre a relação possível entre texto e contexto, indicando que o sentido se encontra determinado pelo contexto; mas cabe compreender como Derrida estabelece o *contexto*, pois, se para Foucault e para Pêcheux, a História da Cultura é o lugar do contexto, para Derrida ele está aberto a alterações sucessivas, porque deve considerado sem as fronteiras onde se produz o sentido, já que o contexto e o objeto são construções da linguagem – por isso, qualquer objeto pode ser deslocado e experimentado em qualquer contexto estabelecendo quaisquer sentidos ou interpretações (cf. SPIVAK, 1976.).

cultura do imperialismo podem ser agora estudadas de maneira não monolítica, descompartimentalizada, sem separações ou distinções reducionistas" (SAÏD, 1995, p. 22) – visto que, como afirma mais adiante, "a maioria de nós deveria considerar a experiência histórica do império como algo partilhado em comum" (SAÏD, 1995, p. 23). Além disso, Saïd reconhece o estatuto privilegiado da ideia de domínio ultramarino nas culturas dos impérios inglês, francês e norte–americano[8], que se encontrava projetada na literatura, na geografia ou nas artes, adquirindo uma presença contínua por meio da expansão, da administração, dos investimentos e dos compromissos efetivos (SAÏD, 1995, p.24). Ou seja, Saïd reconhece que a cultura do imperialismo se expande para todos os círculos da vida quotidiana dos habitantes do império, não importando onde se localizem, seja na metrópole, seja nas fronteiras mais distantes – todo o conjunto é atravessado e modificado pelo discurso imperial e o modifica, consequentemente.

Ao mesmo tempo, Hall aponta para o fato de que há a necessidade de compreender as hierarquias estabelecidas entre as categorias raciais, construídas pelo pensamento eugenista do século XIX, e que se desdobram nas categorias étnicas do século XX. Os estudos pós–coloniais, tão atentos às relações entre os centros e as fronteiras e as periferias dos impérios, também observa as relações internas entre os diversos agrupamentos que compunham os impérios e que, ainda, subsistem.

Para os estudos de obras literárias, os estudos pós–coloniais passam não apenas a relativizar a constituição

[8] A essa lista acrescentamos o império colonial português, especialmente, após a política da "mística imperial" do Estado Novo (v. MATTOSO, 1994, VII, p. 286–7).

dos sistemas literários das nações envolvidas no colonialismo, mas a questionarem diretamente a formação dos cânones e dos discursos que os embasam, seja numa perspectiva interna ao sistema, seja numa perspectiva comparatista entre sistemas, já que se torna possível verificar as formações discursivas que atravessam as obras, os sistemas literários e sua crítica. Assim, os estudos pós-coloniais são responsáveis pela observação das dinâmicas dos sistemas a partir de um ponto de vista que se exclui do próprio sistema na medida em que podem reconhecer os valores que lhes perpassam confirmando ou problematizando as formações ideológicas. Ao colocarem em evidência questões étnicas, por exemplo, dão visibilidade não apenas a obras censuradas, apagadas ou "silenciadas" pela crítica tradicional, mas também aos próprios mecanismos e estratégias de silenciamento operados pelo sistema e que nele se entranharam, constituindo-o e cristalizando-o.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASHCROFT, Bill et alii (org.) *The Empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London/New York: Routledge, 1989.

BARRETO, Luis Filipe. *Caminhos do saber no renascimento português*: estudos de história e teoria da cultura. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BLOOM, Harold. *O cânone occidental*: os livros e a escola do tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

CANDIDO, Antônio. "Crítica e sociologia". In: CÂNDIDO, A. *Literatura* .Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 13-49.

COSTA, Sérgio. "Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21,(60), fev 2006: 117-134.

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *Teoria da Literatura*: uma introdução. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FERRY, Luc. *Homo aestheticus*: a invenção do gosto na era democrática, São Paulo, Ensaio, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GRISET, Antoine. "Foucault: historiador do presente". In: LE GOFF et alii. *História Nova*. Lisboa: Edições 70, 1986.

HALL, Stuart. "The west and the rest". In: HALL, S. & Gieben, B. (Eds.). *Formations of Modernity*. Open University/Polity Press, 1992. p. 275–331.

_____. "What is this "black" in black popular culture? (Rethinking Race)". In: *Social Justice*, Spring–Summer, v. 20, nº1, p. 104–15, 1993.

JARA, René & TALENS, Jenaro. "Comparatismo y semiótica de la cultura" In: Eutopias: Teorias/Historia/Discurso, Minneapolis/ Valencia, Hiperión, v. III, 1987: 2-3, 5-17.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução á obra de Michel Pêcheux. Campinas, Unicamp, 1990.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença*: a política dos estudos culturais latino-americanos. Belo Horizonte, UFMG, 2001.

RIBEIRO, Margarida C. "Um Desafio a partir do Sul – reescrever as histórias da literatura?". In: *Veredas*, revista da Associação Internacional de Lusitanistas, 10, 2008: 117-133.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Afonso M. dos. "Memória, história, nação: propondo questões". In: Memória e História. In: *Tempo brasileiro*, 87, 1986: 9–18.

SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar". In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor, as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

TINIANOV, Y. "Da evolução literária". In: TODOROV, Tzvetan (org.); *Teoria da literatura*: textos dos formalistas russos. Vol. I, Lisboa, Edições 70, 1978, p. 149-169.

WILLIAMS, Raymond. *The politcs of Modernism*: against the new conformists. London, Verso, 1989.